

Disparada da inflação reativa

plano de novo choque

JORNAL DO BRASIL

**Maria Luiza Abbott e
Teodomiro Braga**

BRASÍLIA — O rompimento da barreira dos 20% pela inflação de julho, colocando em xeque a política de *feijão com arroz* do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, intensificou as discussões e estudos no governo sobre um novo choque econômico. O congelamento geral de preços e salários é uma das hipóteses em análise, mas, embora seja vista com simpatia no Palácio do Planalto, enfrenta firme oposição nos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Outra idéia em discussão é a criação de um redutor para o reajuste de todos os agentes econômicos, acompanhado da volta do controle de preços pelo CIP e maior corte de despesas públicas.

Uma terceira alternativa em avaliação é o congelamento ou fixação de um teto de reajustes para produtos da cesta básica de alimentos e para salários, com prazo determinado de duração e igualmente acompanhado de cortes de despesas. Outra hipótese em discussão é a *otenização* da economia, isto é, a indexação de todas as variáveis à OTN. Essa estratégia conta com a discreta simpatia do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que foi um dos primeiros economistas do governo — quando secretário de assuntos econômicos do ministério da Fazenda, Francisco Dornelles — a estimular a proposta de *otenização*, feita pelo ex-diretor do Banco Central, André Lara Resende.

Fim da URP — A apuração do índice de julho ainda não foi concluída, mas os 23% verificados nas três primeiras semanas de coleta em todo o país (e não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo) indicam que a taxa deverá ficar entre 22,5% e 23,5%, superando portanto o índice de 20% que o governo vinha se empenhando tanto em evitar e com isso acendendo o sinal vermelho para as autoridades econômicas. O novo patamar inflacionário implica que a URP para os meses de setembro, outubro e novembro ficará acima de 20%, o que terá efeitos inflacionários imprevisíveis. Por isso, o fim da URP deverá ser um dos pontos do novo pacote de combate à inflação, cuja gestação está apenas no início mas já é considerado inevitável em diferentes áreas do governo.

A exacerbação da inflação em julho, que não estava nas cogitações do Ministério da Fazenda, criou a sensação nos meios governamentais de que os limites suportáveis da inflação foram superados e por isso algo forte precisa ser feito. Os planos de Maílson previam a manutenção da inflação na faixa entre 17% e 20% ao mês até o final do ano, contentando-se o ministro em evitar a hiperinflação. A taxa em torno de 23% que deverá se registrar em julho abalou seriamente essa estratégia, principalmente por causa dos efeitos do novo patamar inflacionário nos reajustes de salários corrigidos pela URP. Se com a URP de 16,19% no trimestre

de março e maio e de 17,68% para o atual trimestre a inflação subiu inicialmente para a faixa de 19% e agora acima para 20%, o que irá ocorrer com a URP superior a 20%? Essa é uma das questões levantadas com intensidade em Brasília após a divulgação do índice de preços em julho. Em reforço a essa preocupação, os técnicos citam as estatísticas sobre a constante aceleração da URP desde a sua criação e invariavelmente seguida por taxa de inflação sempre maior.

Metas inatingíveis — Outro impacto dramático da explosão inflacionária que se esboça ocorrerá nas metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional. Das três principais metas relativas ao desempenho interno da economia, apenas a da contenção da expansão monetária em 375% no ano parece viável de ser alcançada. Com a nítida tendência de aceleração da inflação parece extremamente difícil limitar a inflação em 1988 aos 600% prometidos ao FMI sem se apelar para novas medidas duras. Confirmindo os "sinais de reaceleração" dos preços, a Fundação Getúlio Vargas trabalha com estimativa de inflação para esse ano de 730%. Da mesma forma, a reaceleração da inflação também provoca dúvidas sobre a meta de 4% para o déficit público.

Apesar de suas enfáticas declarações contra o choque econômico, o ministro da Fazenda não nega a existência de estudo no ministério que inclui o congelamento de preços e salários como uma das alternativas de mudança na política de combate à inflação. Maílson diz apenas que não conhece o estudo. Esse trabalho, cuja existência foi confirmada ao JORNAL DO BRASIL por um assessor do ministro, traz uma projeção de queda da inflação após a aplicação de um novo choque da economia, em setembro. De 22,5% em agosto os índices da inflação cairiam para 15% em setembro, 3% em outubro, 3,3% em novembro e 5,0% em dezembro.

Gilberto Alves — 30/6/88



Maílson: poucas alternativas